

Missa por Luís Eduardo Iota Catedral de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso participou ontem, com a leitura de um texto bíblico, da missa (foto) em memória do deputado Luís Eduardo Magalhães, falecido na semana passada. A celebração contou com inúmeras outras autoridades e amigos do homenageado, que apresentaram, ao final, cumprimentos ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e demais familiares do deputado.

Páginas 4 e 5



Aprovada proteção do Estado a vítimas e testemunhas

O texto do substitutivo ao projeto do senador Júlio Campos, que irá agora à deliberação da Câmara, prevê medidas especiais a serem adotadas a partir de requerimento do Ministério Público ou da polícia judiciária



Com a votação em turno suplementar, o plenário concluiu a apreciação do projeto de proteção a testemunhas

O plenário do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto que estabelece garantias especiais do Estado a vítimas ou testemunhas de crimes ameaçadas em suas vidas, integridade física e mental ou patrimônio. De acordo com o texto, que será submetido ain-

da à Câmara dos Deputados, as medidas poderão incluir, conforme o caso, vigilância e proteção policial na moradia, local de trabalho e deslocamentos, mudança de domicílio, sigilo de identidade e dados pessoais, mudança de identidade e assistência social. **Página 3**

Autorizado financiamento do gasoduto

PÁGINA 7

Votação de MPs começa no dia 6
PÁGINA 2

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 50/96, que altera o art. 55 da Constituição Federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária; segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório); segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório); primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilidade Fiscal); votação em turno único do "Requerimento nº 226/98, do senador Lúcio Alcântara, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142 e 143, de 1995, com o PLC nº 77/97, e PLS nº 232/97, já anexados, tendo em vista que todos tratam de matéria correlata; discussão em turno único do PLC nº 18/97, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região; discussão em turno único do PLS nº 142/95, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; discussão em turno único do PLS nº 143/95, que concede incentivo tributário ao empregador participante do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe, e votação em turno único do "Requerimento nº 220/98, do senador Lúcio Alcântara, solicitando tramitação conjunta do PLS nº 273/95-Complementar, com os Projetos de Lei nºs 21, 25 e 75, de 1996-Complementares, por versarem sobre projetos de lei referentes a orçamento

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte - Mensagem nº 115/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Aldir Guimarães Passarinho Júnior, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a juizes dos TRFs, decorrente da aposentadoria do ministro José de Jesus Filho

11h - 2ª parte - Exposição do ministro Almir Pazzianoto, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, com participação do ministro Ermes Pedro Pedrassani, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, para a instrução da PEC nº 63/95 que extingue a figura dos juizes classistas na Justiça trabalhista. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do substitutivo da Câmara ao PLS nº 93/93, que regulamenta o setor de planos e seguros de saúde
Convivido: ministro da Saúde, José Serra. Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

14h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Exposição do senhor Mano Garnero, presidente do Fórum das Américas, em audiência pública conjunta com a Comissão Especial da Alca, sobre Brasil e Mercosul: Competitividade nas Exportações Frente à Desvalorização das Moedas Asiáticas. Plenário 11 - Anexo II - Câmara dos Deputados

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Discussão sobre o andamento dos trabalhos da subcomissão, com o objetivo de realizar procedimento fiscalizatório dos recursos federais repassados ao governo de Rondônia, e Apresentação de relatório pelo presidente da comissão. Sala 17 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Mensagem nº 126/98, o presidente da República submete à apreciação do Senado o nome de Marco César Meira Naslausky, ministro de primeira classe, do quadro permanente, da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Santa Sé; Mensagem nº 106/98, o presidente da República submete a apreciação do Senado o nome de Marcus Camacho de Vicenzi, ministro de primeira classe, do quadro permanente, da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Colômbia; PDL nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para a ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República Popular de Angola; PDL nº 16/98, que aprova o texto modificativo ao convênio constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento; e PDL nº 13/98, que aprova o texto do protocolo de integração educacional para a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação entre os países-membros do Mercosul. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; PLC nº 52/97, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público; PLC nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental; PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação à distância; PDL nº 108/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul; PDL nº 84/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Ribeirão São Paulo; e PDL nº 119/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itai Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaíba, Rio Grande do Sul. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Cultura ao Melo-Dia. Filme - Ed Mort, de Alain Fresnot. Auditorio Petrólio Portella

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (30.04.98)

14h30 - Sessão não deliberativa
Hora do Expediente. O tempo será dedicado a homenagear a passagem dos 50 anos de fundação de Israel. Oradores inscritos: Bernardo Cabral, Ney Suassuna e José Ignacio Ferreira

COMISSÕES

Quinta-feira (30.04.98) 10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Relatório as emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo, e PL nº 6/98-CN, que abre ao orçamento de investimento, em favor das empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petróbras Fertilizantes S.A., crédito especial até o limite de R\$ 847 milhões. Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados

ACM pretende acelerar votações

Ao voltar para seu gabinete, após participar de reunião de líderes políticos com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na manhã de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães revelou a intenção de convocar sessão do Congresso Nacional para o próximo dia 6 de maio, a fim de retomar a votação das medidas provisórias relacionadas com a emenda constitucional da reforma administrativa. Ao todo são 11 MPs que aguardam apreciação de deputados e senadores.

Depois de conversar com Antonio Carlos, o senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado, confirmou a intenção do presidente do Congresso Nacional em acelerar os trabalhos legislativos e, em particular, a votação de questões importantes, como o projeto dos planos de saú-

de do Senado e as medidas provisórias.

De acordo com Elcio, "apesar da dor, o senador Antonio Carlos está demonstrando que pretende intensificar seu trabalho". O presidente está avaliando, também, a possibilidade de colocar em votação, na sessão do Senado do próximo dia 5 de maio, a redação final da reforma administrativa. Aprovada, começaria a correr um prazo de 10 dias para que fosse promulgada. "Esse prazo", observou Elcio, "acabaria funcionando como estímulo para que as MPs pendentes de apreciação tivessem uma definição". O senador Antonio Carlos Magalhães, informou ainda o líder do governo no Senado, pretende retomar na sessão de hoje a direção dos trabalhos no plenário da Casa.

Emendas ficam para a próxima semana

Na presidência dos trabalhos da sessão do plenário de ontem, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), vice-presidente do Senado, marcou para a semana que vem a votação de três emendas constitucionais que constavam da Ordem do Dia desta terça.

A proposta do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA) que busca acabar com a chamada guerra fiscal entre os estados (concessão de incentivos fiscais para atração de empresas) estará em votação no

dia 6 de maio.

No mesmo dia, estará na Ordem do Dia a emenda do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) que transfere, nos anos eleitorais, o recesso parlamentar do Congresso, de julho para os 30 dias que antecederem as eleições.

Já a proposta destinada a incluir entre os direitos sociais dos brasileiros a moradia, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), deverá ser votada na terça-feira, dia 5 de maio.

Serra fala na CAS sobre planos e seguros de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) recebe hoje, às 10h, em audiência pública, o ministro da Saúde, José Serra, para debater o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de regulamentação dos planos e seguros

de saúde. O convite a Serra partiu do relator do projeto, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), para quem a presença do ministro vai ajudar a dirimir as divergências entre os diversos setores interessados no assunto.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djailba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho

e Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Ademir vai concorrer ao governo do Pará

As esquerdas estarão unidas na corrida pelo governo do Pará, anunciou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), que encabeçará uma chapa congregando também o PCB, PCdoB e o PT - este ficou com as vagas de vice-governador e senador.

Para Ademir Andrade, a união das oposições representa uma resposta ao governo de Almir Gabriel, do PSDB, "que rompeu todos os compromissos assumidos com a aliança que o elegeu".

- Em 1994, quatro partidos de esquerda apoiaram Almir Gabriel contra Jarbas Passarinho, por entenderem que este era o candidato mais nocivo aos interesses do Pará. Lamentavelmente, o governador se aliou ao seu antigo adversário e fez um governo isolado do povo e que não



Ademir anuncia candidatura

tem diálogo com os trabalhadores ou a sociedade - afirmou.

Na opinião de Ademir, o mesmo se deu com o presidente Fernando Henrique, que teria renunciado a "sua história de combate à ditadura para se aliar a quem apoiou o regime militar".

Tuma vê Exército como fiador da unidade nacional

Em homenagem ao Dia do Exército, transcrito em 19 de abril, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou ontem, em pronunciamento no plenário, a importância da instituição para o país. Num tripé com a Marinha e a Aeronáutica, o Exército tornou-se, historicamente, o fiador da unidade nacional, estando "diretamente ligado à vigência e às garantias do Estado democrático de direito", disse o senador.

Além dessa função constitucional, Tuma reportou-se às

ações tipicamente militares desenvolvidas pelo Exército - como a segurança dos 15.719 quilômetros de fronteiras com outros países da América do Sul - e aquelas dirigidas à população, de caráter social: o socorro em situações de calamidade e de epidemias, tal como o combate ao mosquito da dengue; assistência médico-odontológica; construção de açudes, estradas, ferrovias, pontes, barragens, poços etc.

O senador lembrou que a comemoração do Dia do Exército foi fixada em 19 de abril por ser esta a data da 1ª Batalha dos Guararapes, ocorrida em 1648, que deu início à expulsão dos holandeses do Brasil, consolidada em 1654.

Em apêndices, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestaram sua solidariedade à homenagem, registrando a correção de Tuma ao destacar o papel institucional do Exército e suas atividades de auxílio à sociedade civil.



Tuma assinala Dia do Exército

Texto prevê medidas especiais a serem adotadas pelo Estado e irá agora à deliberação da Câmara dos Deputados

Plenário aprova proteção a vítimas e testemunhas

Sempre que a vida, a integridade física e mental ou o patrimônio de vítimas e testemunhas de crimes estiverem sob ameaça, o Estado deverá, a requerimento do Ministério Público ou da polícia judiciária, garantir-lhes a devida proteção. É o que determina o substitutivo ao projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) aprovado ontem pelo plenário, em turno suplementar, acrescentando que o direito de proteção poderá ser estendido a familiares e afins das vítimas e testemunhas sob ameaça. A proposta deverá, agora, ser submetida à deliberação da Câmara dos Deputados.

O substitutivo prevê medidas como a vigilância e a proteção policial na moradia e local de trabalho, a escolta nos deslocamentos, hospedagem em lugar seguro, mudança de domicílio, preservação de sigilo de identidade e de dados pessoais durante e



Júlio Campos é o autor do projeto

após participação em processo criminal, mudança de identidade e assistência social, dependendo do tipo de ameaça sofrido por vítimas e testemunhas de crimes.

Além disso, a proposta a ser enviada à Câmara prevê a cobertura das despesas rotineiras de subsistência e de moradia do protegido impossibilitado de desenvolver suas atividades. Esse

tempo de afastamento do trabalho será contado para todos os fins de direito, cabendo ao Estado o pagamento das contribuições previdenciárias devidas pelo protegido. Em todos os casos, a proteção terá a duração de até dois anos, podendo, por decisão judicial, ser prorrogada por igual período, modificada ou revogada.

Caso o Ministério Público ou a autoridade policial o solicitem, a identidade e os dados pessoais do protegido poderão ser declarados segredo de justiça, cuja violação implicará crime sujeito à pena de detenção de um a dois anos, mais multa.

A União, os estados e os municípios, por sua vez, deverão estabelecer programas próprios de proteção às testemunhas e vítimas de crimes.

Benedita defende o desarmamento

Para a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), o combate à crescente violência no país e, em particular, no Rio de Janeiro, passa obrigatoriamente pelo desarmamento. Ela destacou ontem que uma aliança importante nesse sentido foi firmada entre os países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia) no último dia 18, por meio de declaração em que se comprometem a exercer um maior controle sobre o comércio e uso de armas de fogo.

- Como esperar a redução da violência se, só no Rio, entram 15 mil novas armas por mês? - questionou a senadora, acrescentando que iniciativas como a dos

países do Mercosul "favorecem a integração e unificação de esforços para dismantlar o crime organizado, grande responsável pelo contrabando de armas para o Brasil".

A Polícia Federal calcula que o crime organizado movimentou 8,5 bilhões de dólares anuais entre o Brasil e o Paraguai, informou Benedita. E comentou, quanto à posição dos Estados Unidos em relação ao comércio de armas: "O presidente Bill Clinton suspendeu, em agosto de 1997, a proibição de venda de armas sofisticadas para a América Latina, que vigorava há 20 anos, devido à pressão de sua poderosa indústria bélica".



Benedita quer menos armas

A senadora observou que o Brasil tem uma legislação severa sobre armas, mas não vai tão bem na aplicação efetiva da legislação, nem possui estatísticas confiáveis.

Simon: "Há angústia com os rumos da revisão"

"Há um sentimento de angústia, uma interrogação" sobre os caminhos de uma revisão constitucional no próximo ano, afirmou em plenário o senador Pedro Simon (PMDB-RS), no terceiro dia de discussão da emenda constitucional, de sua autoria, que convoca um plebiscito para que os eleitores digam se querem uma revisão constitucional.

- Essa angústia surge ao se imaginar que o governo, com sua maioria no Congresso, quer retirar todos os direitos e todas as garantias e esmagar a minoria parlamentar, principalmente nas posições mais progressistas. Sinceramente, essa é uma questão grave colocada na mesa de discussão. Juro que não pensei, não parei para analisar sob esse ângulo quando



Simon discorda de substitutivo

apresentei a proposta de emenda constitucional - afirmou.

Simon observou, ainda, que existem juristas contrários à emenda, porque ela transforma o Congresso a ser eleito em outubro próximo em Assembléia Nacional Revisora. Também voltou a manifestar discordância quanto ao substitutivo que o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) apresentou na

CCJ à sua proposta, pelo qual ficará a cargo dos parlamentares revisores a decisão se os eleitores devem se manifestar mais tarde, em referendo, se concordam com as possíveis mudanças na Constituição.

O projeto de Simon prevê o referendo independente da decisão dos deputados e senadores.

A missa de sétimo dia por Luís Eduardo Magalhães foi celebrada pelo cardeal de Brasília, dom José Freire Falcão, e contou com a presença do rabino Henri Sobel, que procurou consolar o senador Antonio Carlos



Uma semana após a morte de seu líder na Câmara, Fernando Henrique leu trecho do Livro da Sabedoria que prevê repouso para o justo, "mesmo se morrer antes da idade avançada"

Argentina manda representante

Das autoridades que cumprimentaram o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, uma deixou-o especialmente emocionado: o senador argentino José Manuel de la Sota, que compareceu ontem à missa de 7º dia em homenagem à memória do deputado Luís Eduardo Magalhães, como representante oficial do Congresso de seu país.

Em mãos, De la Sota trouxe resolução aprovada pelo Congresso da Argentina em apreço a Luís Eduardo e expressando as condolências do povo argentino à família Magalhães. A mensagem é assinada pelo presidente do Senado e vice-presidente da Argentina, Carlos Rukalf.

O senador De la Sota, representante da província de Córdoba, manifestou, a pedido do presidente argentino, Carlos Menem, a solidariedade de todo o governo de seu país a Antonio Carlos Magalhães.

- O presidente Menem - afirmou De la Sota - tem especial afeto por Antonio Carlos Magalhães. O senador argentino, do Partido Justicialista, conhece o presidente do Senado desde os tempos em que serviu como embaixador da Argentina em Brasília, no início da década de 90. Ambos viajaram juntos por diversas vezes à Argentina e à Bahia e mantêm estreito contato até hoje.

"O justo encontrará repouso, mesmo se morrer antes da idade avançada." Com esse trecho do Livro da Sabedoria (Sab 4, 7-15), o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, começou a primeira leitura da missa de 7º dia em memória do deputado Luís Eduardo Magalhães, rezada pelo cardeal-arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, na Catedral da cidade.

Outras passagens desse texto da Bíblia confundiram-se com as declarações feitas pelos amigos e políticos quando da morte do líder do governo na Câmara, no dia 21 de abril.

- Não vem da extensão da vida a honra da velhice, nem pelos anos é medida - continuou Fernando Henrique, durante a leitura. - Tornou perfeito em tão pouco tempo, percorreu longa carreira. Porque sua vida agradava ao Senhor, Este, sem mais espera, de um mundo perverso o retirou.

Durante a homilia, dom José Freire Falcão fez referência direta ao trabalho parlamentar de Luís Eduardo e à "maneira virtuosa" com que desempenhava sua missão. "O Parlamento é o local do diálogo. Saber dialogar é sabedoria acima de tudo. A pessoa de diálogo sempre deixa um grande vazio na vida do país", disse o cardeal.

O arcebispo de Brasília afirmou,

também, que, pelas suas idéias e dedicação, Luís Eduardo deixa um legado vivo que deve ser observado pelos que ficam. "Passado o sofrimento, não podemos fugir de dar continuidade ao seu papel de servir a seu povo. A sua convicção irá perdurar na lembrança de parentes e correligionários", destacou, em referência ao jovem líder baiano.

A missa teve 50 minutos de du-

ração, com a liturgia completa, comunhão e bênçãos. As músicas foram interpretadas pelo Coral do Senado. Na abertura, foi entoada *Jesus alegria dos homens*, de Bach. Durante a aclamação do Evangelho, a música escolhida foi *Aleluia*, de Mozart. *Cântico de Maria*, de Buryl Red; *Festival sanctus*, de John Leavitt; e *Ave Maria* de Bach e Gounod acompanharam o ofertório, o *sanctus* e a comunhão,

respectivamente. O canto final foi a *Oração de São Francisco de Assis*.

Os cumprimentos se seguiram à missa. Foi o momento em que a família Magalhães mais se emocionou, ao rever os amigos e receber seu carinho. Entre eles, estava o rabino Henri Sobel, presidente da Congregação Israelita de São Paulo. Seu cumprimento foi dos mais demorados.

Presidente participa de missa

Homenagem lota Catedral de Brasília

A missa pela alma do deputado Luís Eduardo Magalhães lotou a Catedral de Brasília, na manhã de ontem. Além do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do vice-presidente, Marco Maciel, participaram da solenidade o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Celso de Mello Filho, a quase totalidade dos ministros de Estado e senadores, inúmeros governadores, dezenas de deputados e uma grande quantidade de admiradores e amigos do parlamentar falecido, que foram levar sua solidariedade aos pais, senador Antonio Carlos Magalhães e dona Arlete, aos irmãos de Luís Eduardo, à viúva Michelle e seus filhos.

Emocionado, Antonio Carlos não conseguiu conter as lágrimas durante a missa, que teve a participação do Coral do Sena-

do e a leitura de um salmo pelo presidente da República, além da homilia do celebrante, dom José Freire Falcão, cardeal-arcebispo de Brasília.

Marcada para as 9 horas, a missa começou com pouco mais de cinco minutos de atraso. A partir das 10h, a família de Luís Eduar-

do ficou recebendo os cumprimentos durante 50 minutos. O senador Antonio Carlos Magalhães, na condição de presidente do Senado, dirigiu-se depois ao Palácio do Planalto para participar da reunião de lideranças políticas com o presidente da República.



Representantes dos três Poderes compareceram à Catedral

Câmara silenciou em memória de seu ex-presidente

Tradicionalmente palco de debates acalorados, a Câmara dos Deputados abriu uma trégua ontem e silenciou para homenagear Luís Eduardo Magalhães em sessão solene. O plenário, sempre agitado e nervoso, estava silencioso apesar de completamente lotado. Poucas causas conseguiram alcançar tal unanimidade. Quase todos os parlamentares trajavam preto, refletindo o sentimento de luto que ainda paira sobre a Casa. O senador Antonio Carlos Magalhães chegou ao plenário acompanhado dos netos Luís Eduardo Magalhães Júnior e Paula, da esposa dona Arlete e da nora Michelle, além do governador da Bahia, César Borges, do prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, e do ex-governador Paulo Souto.

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), destacou a conduta pessoal de Luís Eduardo, que creditou a sua formação familiar. "Luís Eduardo era um homem educado, cortês e atencioso. Fica a impressão de alguém que deixa o exemplo em vida que nos faltará, mas pautará a conduta futura dos parlamentares", disse. Para Temer, Luís Eduardo foi, sem dúvida, um novo exemplo de comportamento político.

Mas, o melhor parâmetro para entender o que representa a perda do deputado Luís Eduardo Magalhães para a Câmara dos Deputados e para a política brasileira foi dado pelos seus maiores adversários políticos, os deputados José Genoíno (PT-SP) e Fernando Gabeira (PV-RJ). O

deputado Gabeira conseguiu fazer com que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sorrisse juntamente com todos os parlamentares, ministros de Estado, governadores, militares, líderes religiosos e familiares que lotavam o plenário da Câmara, ao lembrar da brincadeira que o então presidente da Casa fazia por ser Gabeira o líder de um partido cuja bancada se resumia a ele próprio.

"Excelentíssimo líder do PV, deputado Fernando Gabeira, por favor encaminhe seu voto, pois sua bancada espera ansiosa pela sua orientação. Com essa frase, essa brincadeira, ele evidenciava a amizade que tínhamos", lembrou Gabeira. O líder e único deputado da bancada do Partido Verde disse ainda que Luís Eduardo era um homem de palavra e que atestava, por experiência pessoal no trato com o senador Antonio Carlos Magalhães, ser esta característica um traço de família.

O deputado José Genoíno, sempre brinçalhão, emocionou a todos ao expor a dor da perda de um amigo querido e ao lembrar que uma das principais características de Luís Eduardo era justamente não deixar que a disputa política interferisse nas amizades e vice-versa. Genoíno exaltou a paixão com que Luís Eduardo dedicava-se à política e a lealdade que garantia sua credibilidade nos acordos e negociações com os partidos de oposição. "A política é feita de surpresa, e só quem tem a sensibilidade, a poesia, a paixão consegue se encantar com as surpresas, sem se importar se são derrotas ou vitórias", disse.



O plenário da Câmara esteve lotado durante a sessão

Sessão solene foi marcada por discursos emocionados de antigos companheiros, que lembraram a lisura e lealdade do deputado

Líderes destacam as qualidades de Luís Eduardo

Discursos emocionados marcaram a sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem póstuma a seu ex-presidente Luís Eduardo Magalhães. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acompanhou ao lado do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, a sessão de enaltecimento à memória de seu filho, diante de um plenário completamente tomado por parlamentares, amigos, familiares e outras autoridades. Na Mesa também estava o vice-presidente da República, Marco Maciel.

Ao iniciar a sessão, Temer lembrou que todos os integrantes da Mesa Diretora da Câmara eram amigos fraternais de Luís Eduardo. Ele afirmou que seu antecessor na presidência daquela Casa ia muitas vezes a seu gabinete conversar sobre os problemas da Câmara.

- Se por tantas vezes aqui acertei, acertei por força dos conselhos de Luís Eduardo - afirmou.

O líder do PFL e sucessor de

Luís Eduardo na liderança do governo na Câmara, Inocêncio de Oliveira, recordou que o homenageado encaminhava de forma célere tudo o que lhe cabia, com o gosto que tinha pela política. Ele afirmou que, apesar de sua juventude, do ponto de vista ético Luís Eduardo se assemelhava mais a "um velho severo e metódico".

- Quando presidiu a Câmara, fez da lisura sua companheira número um - ressaltou.

Inocêncio ressaltou o "sentimento incontido e incontrolável" do presidente do Senado na morte do filho. Afirmou que nunca se viu uma prova de amor tão densa dada por um político eminente.

Já o líder do PMDB, deputado

Luís Eduardo na liderança do governo na Câmara. Inocêncio de Oliveira, recordou que o homenageado encaminhava de forma célere tudo o que lhe cabia, com o gosto que tinha pela política. Ele afirmou que, apesar de sua juventude, do ponto de vista ético Luís Eduardo se assemelhava mais a "um velho severo e metódico".

- Quando presidiu a Câmara, fez da lisura sua companheira número um - ressaltou.

Inocêncio ressaltou o "sentimento incontido e incontrolável" do presidente do Senado na morte do filho. Afirmou que nunca se viu uma prova de amor tão densa dada por um político eminente.

Já o líder do PMDB, deputado Geddel Vieira Lima, leu emocionado uma carta póstuma que escreveu a Luís Eduardo. Falou das saudades que sentirá das noites de terças e quartas-feiras em um restaurante de Brasília, e comparou a habilidade política de seu amigo à de um beija-flor:

- Conseguia o nectar que necessitava, sem machucar a flor, sem tirar sua cor, sem furtar seu perfume.

Deixando o discurso de lado e falando de improviso, o líder do PSDB, deputado Aécio Neves, destacou três qualidades de Luís Eduardo: sua serenidade, ao tratar dos mais complexos problemas do país; sua firmeza, que em nenhum momento se confundia com arrogância; e sua lealdade, "que por décadas ficará marcada nesta Casa".

Falando pelo PDT, o deputado Miro Teixeira, também amigo de Luís Eduardo, lembrou que ele era um político "definido, nítido, aparente e transparente, que sabia exatamente o que dizia e o que ouvia". Já o deputado Fernando Lyra, em nome do PSB, ressaltou que Luís Eduardo era um símbolo democrático, exaltando o valor do contraditório:

Lula e Cristovam fazem visita de pêsames a Antonio Carlos

Acompanhado pelo governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, o ex-deputado Luís Inácio Lula da Silva foi recebido no início da noite de ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem apresentou condolências pelo falecimento de seu filho Luís Eduardo. Tanto Lula como Cristovam afirmaram que nenhum outro assunto foi tratado

durante o encontro.

- Vim como pai, que também conhece a dor de perder um ente querido - disse Lula.

- Foi uma visita de solidariedade - esclareceu Cristovam.

Outros dirigentes do PT, inclusive o presidente nacional do partido, José Dirceu, acompanharam os dois políticos na visita a Antonio Carlos.

Senado terá sessão especial para Motta

O plenário aprovou ontem requerimento para que o Senado realize uma sessão especial destinada a homenagear o ex-ministro Sérgio Motta. O requerimento foi apresentado pelos senadores do PSDB Teotônio Vilela Filho (AL), Lúcio Alcântara (CE), Geraldo Melo (RN), Carlos Wilson (PE), Jefferson Pérez (AM), Sérgio Machado (CE) e Artur da Távola (RJ).

O Senado também fará sessão especial para homenagear o deputado Luís Eduardo Magalhães, que morreu no último dia 21, conforme requerimento encabeçado pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI) e aprovado na sessão da última quinta-feira.

Também está prevista uma sessão especial de homenagem ao senador Humberto Lucena, que faleceu recentemente. Ainda não estão marcadas as datas das sessões especiais.

Senador critica falta de solidariedade e de vontade política dos homens públicos para resolver o problema da estiagem

Suassuna cobra ação efetiva contra a seca

"O que une uma nação é a solidariedade. Está faltando solidariedade para com as vítimas da seca do Nordeste", afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao trazer um quadro dramático da estiagem naquela região, especialmente na Paraíba,



Suassuna pede obras

onde 200 dos 223 municípios se encontram em estado de emergência.

O Nordeste poderia ser um celeiro, porque tem terra, sol e até água para isso. No entanto, não houve até hoje homens públicos com vontade política de resolver de uma vez por todas esse problema da seca - frisou.

Suassuna informou que há 65 dias pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso a liberação de verbas para a construção de obras permanentes de combate à seca, como adutoras e barragens, medida que, salientou, empregaría o sertanejo e amenizaria o sofrimento das populações da região. No entanto, até o momento sequer a emergência para a contratação dos carros-pipa foi agilizada.

Depois de assinalar que durante a seca de 1993 foram gastos R\$ 800 milhões, o senador afirmou que com R\$ 2 bilhões seria possível fazer a transposição das águas

do São Francisco e resolver o problema da estiagem nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, de forma que 16 milhões de pessoas seriam assistidas.

Gastaram-se R\$ 25 bilhões com o Proer e não se tem R\$ 2 bilhões para resolver o problema da seca às vésperas do século 20? - indagou.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que é preciso investir mais no Nordeste e lamentou que às vésperas do terceiro milênio a seca ainda seja um problema grave para a região. O senador espera também que a "comissão nacional" a partir da cobertura que a mídia vem fazendo dos efeitos da seca não sirva apenas para a adoção de medidas paliativas.

Valadares condena descaso com o Nordeste

"Soluções não surgem para a seca do Nordeste porque falta vontade política do governo federal de implementar os projetos capazes de inserir a região no processo de desenvolvimento do país", disse ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), perguntando onde estão os projetos de irrigação e de exploração de recursos naturais que fazem parte do programa de campanha eleitoral do presidente Fernando Henrique Cardoso.



Valadares: região viável

Conforme Valadares, se o governo empregou 20 bilhões de reais no Proer, certamente pos-

sui recursos para atender aos milhões de nordestinos que estão morrendo de fome e sede. "Desde seu início, o governo FHC nada fez pelo Nordeste. Agora, diante da condição vexatória da seca, anunciada pelos órgãos técnicos desde o ano passado, a única solução do governo é a caridade, enviando cestas básicas", afirmou.

O senador por Sergipe enfatizou que o Nordeste é viável. "Há mananciais de água doce, recursos minerais abundantes, come-

çando pelo petróleo, trabalhadores de todos os níveis que não precisam de caridade, apenas que o governo se decida a investir no homem nordestino. Mas o governo tem preferido enfraquecer órgãos institucionais, como a Sudene, que teve reduzida a zero sua capacidade de atender empresas e populações."

Valadares observou que FHC não parece estar preocupado com os carentes. "Ele está pensando apenas em se firmar como estadista que fala francês, inglês, alemão e mais não sei. No entanto, seu mandato está terminando e ele terá que se apresentar perante o juiz, que é o povo, no tribunal inapelável que será o pleito de 1998", concluiu.

Falta regulamentar renda mínima, reclama Suplicy

Para cobrar do governo a regulamentação do programa de renda mínima, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou ofício ao presidente Fernando Henrique Cardoso, lembrando que a Lei 9.533, que instituiu o programa, prevê a edição dos atos necessários à sua implementação no prazo de 60 dias após sua publicação no *Diário Oficial*. "Já se passaram mais de 130 dias e o governo não tomou qualquer providência", destacou Suplicy ontem, em plenário.

O senador enviou cópia do ofício ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, argumentando que o Legislativo deve tomar as providências cabíveis para forçar o governo a cumprir as determinações da lei, aprovada por ampla maioria no Congresso. "A lei é tímida para combater a miséria no Brasil, mas representa um passo na boa direção, ao estabelecer um benefício a famílias com renda abaixo do patamar municipal, desde que mantenham seus filhos na escola", acentuou.

Para Suplicy, está havendo negligência da Casa Civil e ministérios do Planejamento e Fazenda, que ainda não organizaram os dados sobre arrecadação média por estado e por município, bem como de renda familiar por habitante, indispensáveis à implementação do programa nos moldes em que foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Como a equipe econômica sempre

rejeita aumento de recursos para a área social, apresenta projeto criando o Fundo Brasil de Cidadania, com receitas advindas de parcelas das ações de estatais, direitos e renda de imóveis da União, parte das receitas das privatizações e das concessões de direitos de exploração do subsolo, além de dotação orçamentária específica. Esse fundo possibilitaria a expansão do programa, garantindo renda mínima para todos os brasileiros - destacou.

Suplicy lamentou que mesmo o primeiro passo nessa direção esteja enfrentando obstáculos. "O presidente Fernando Henrique considerou a lei revolucionária. O PFL, sob incentivo do então líder do governo, Luís Eduardo, incluiu a renda mínima em sua proposta partidária. Órgãos técnicos como o Ipea classificaram o programa como um instrumento decisivo para se erradicar a pobreza", comentou.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que relatou o projeto durante a tramitação na Casa, solidarizou-se com Suplicy e prometeu cobrar a regulamentação da lei do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso.



Suplicy lembra prazo

Cabral quer fábrica de lâmpadas em Manaus

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) insurgiu-se ontem contra a possibilidade de uma fábrica de lâmpadas fluorescentes compactas da Philips da Amazônia não ser mais instalada na Zona Franca de Manaus, como estava inicialmente previsto. Ele afirmou que a proposta de instalação dessa fábrica estava na pauta de uma reunião do Conselho de Administração da Suframa, em 3 de março de 1997, mas foi engavetada.

Bernardo Cabral leu texto segundo o qual, por falta do "processo produtivo básico" e por interferência do Ministério da Ciência e Tecnologia, "até hoje o assunto não

foi resolvido". Em decorrência disso, acrescentou, a Philips já está providenciando a instalação da fábrica em Caçapava (SP), "com prejuízo para a Zona Franca".

"Eu não posso ficar calado. Registro aqui meu protesto, assim como meu crédito de confiança no ministro Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia. É preciso dar um basta a esse trabalho que se faz contra a Zona Franca de Manaus - disse.

Cabral enfatizou que não é advogado de nenhuma empresa da Zona Franca nem defensor de interesses econômicos, mas, como



Cabral aponta prejuízo

(PSDB-AM) afirmou, em aparte, que a Zona Franca de Manaus talvez seja o único modelo de desenvolvimento que deu certo no Brasil. Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Ramez Tebet (PMDB-MS) também se solidarizaram com as preocupações de Cabral.

senador eleito pelo estado, tem o dever de impedir que se firme a morte de uma economia da região. O senador Jefferson Pêres

CULTURA AO MEIO-DIA

1998

ED MORT
de ALAIN FRESNOT

PAULO BETTI
CLÁUDIA ABREU
OTÁVIO AUGUSTO
ROBERTA LIMA
IRENE RAVACHE
ARY FRANÇA
ARY FONTOURA

Senado Federal
AUDITÓRIO PATRÔNIO PORTALLA
QUARTA - 29 de abril - 12h

Realização
RELACIONES LÍBRICAS

Apoio
RIOFILME

BRASÍLIA ZONA FRANCA

Vai a sanção projeto sobre bibliotecários

O plenário do Senado aprovou ontem seis emendas da Câmara dos Deputados a projeto de lei de autoria do ex-senador Marco Maciel estabelecendo que a profissão de bibliotecário só poderá ser exercida por bacharéis em biblioteconomia. Com a decisão, o projeto será enviado à sanção presidencial.

Conforme o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que elaborou o parecer favorável sobre as emendas na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto foi objeto de entendimento envolvendo o Executivo e as principais entidades de representação da categoria profissional no país. Em função da tendência geral de desregulamentação das profissões, o Executivo era inicialmente avesso ao projeto.

Uma das seis emendas aprovadas modificou o projeto para estabelecer que as bibliotecas públicas localizadas em municípios com até 10 mil habitantes, cujo acervo não ultrapasse duzentos exemplares catalogados, ficarão isentas de taxa ou contribuição e poderão funcionar sob a supervisão de um técnico em biblioteconomia registrado no respectivo conselho regional. Para o relator, a medida "incentivará a disseminação de pequenas bibliotecas públicas".

Outra modificação tornou privativas dos bibliotecários as funções de planejamento, organização, implantação, gerenciamento, administração, chefia, coordenação e supervisão de serviços de reprografia aplicada a acervos no âmbito das pessoas jurídicas de direito público.

Alcântara pede solução para universidades

As negociações entre governo e professores universitários precisam evoluir. "sem ficarem presas a preconceitos de ambas as partes", sob pena de se agravar a crise por que passam as universidades, advertiu ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) em pronunciamento a propósito do Dia Nacional da Educação.

A universidade pública está em franca decadência. Vamos sentar à mesa e ver em que é possível avançar - afirmou o senador.

O senador reconheceu os avanços do governo Fernando Henrique Cardoso no ensino fundamental, mas alertou que há muito a se fazer ainda pelo terceiro grau. Lúcio Alcântara admite as dificuldades de gerenciamento para o setor dadas as limitações orçamentárias do gover-

no, mas confia em soluções a curto prazo.

- Lamento que o governo não esteja sendo justo nessa questão. É verdade que os recursos são escassos, mas as universidades estão em estado precário - disse.

Alcântara acredita que a presença no governo de "homens com a vida ligada ao meio universitário" é um ponto a favor na busca de soluções para o problema.

CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pediu, em carta enviada a Alcântara, a rejeição do projeto que propõe a legalização do jogo no Brasil. No documento, apresenta motivos de ordem ética para que o projeto não seja aprovado, além de associar o jogo a atividades ilícitas como o narcotráfico e à lavagem de dinheiro.



Alcântara: injustiça

Empresa utilizará US\$ 271 milhões de financiamento japonês para a compra de equipamentos destinados ao gasoduto Bolívia-Brasil

Plenário autoriza Petrobras a contrair empréstimo

A Petrobrás já pode tomar empréstimo junto ao Banco de Importação e Exportação do Japão, no valor de US\$ 271 milhões, para compra de tubos, compressores e outros equipamentos para o gasoduto Bolívia-Brasil. O plenário do Senado aprovou ontem pedido do governo federal para que a Petrobrás eleve temporariamente seu endividamento e, assim, assinasse o contrato de financiamento.

Os tubos e equipamentos se destinam tanto ao gasoduto em território brasileiro quanto bolí-

viano, conforme esclarecimentos do Executivo. O projeto do gasoduto terá um custo total de US\$ 2,2 bilhões, dos quais US\$ 1,72 bilhão sob a responsabilidade do Brasil e os outros US\$ 487 milhões por conta da Bolívia.

O relator do pedido na CAE, senador Romero Jucá (PFL-RR), concordou com a operação, assinalando que o gasoduto é uma das obras do "programa Brasil em Ação" do governo Fernando Henrique Cardoso e importante para o país.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, manifestou-se contra o aumento de endividamento da Petrobrás, apesar da importância do gás boliviano para os brasileiros diversificarem suas fontes energéticas. "Além de aumentar o endividamento externo do país, o projeto já foi alvo de críticas por parte de técnicos de diversos setores. Há dúvidas quanto à capacidade da bacia boliviana em fornecer gás ao Brasil e ao Chile nas quantidades previstas", afirmou.

Governo do Rio Grande do Sul poderá investir US\$ 70 milhões em restauração de rodovias

O estado do Rio Grande do Sul foi ontem autorizado a realizar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de US\$ 70 milhões, equivalentes a R\$ 75,8 milhões, a preços de 31 de julho de 1997. A União também foi autorizada a prestar garantia ao empréstimo, sendo que ao governo estadual caberá a contragarantia, a ser prestada com suas cotas do Fun-

do de Participação dos Estados, receitas tributárias e receitas próprias do ICMS. Os recursos serão destinados ao Programa de Restauração e Manutenção das Rodovias Estaduais.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) reiterou seu voto na Comissão de Assuntos Econômicos - abstenção. Entre os senadores que votaram contra - todos do Bloco Oposição - José Eduardo Dutra apresentou voto

em separado, vencido na CAE pelo parecer favorável à proposta, elaborada pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

No documento, Dutra argumentou que o Banco Central e a Secretaria do Tesouro Nacional se manifestaram contra a solicitação do governo gaúcho, que não teria capacidade de pagamento para honrar os compromissos resultantes do empréstimo.

Dutra denuncia crise na educação

"Que o discurso da modernidade não fique apenas na propaganda oficial", pregou ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ao apresentar documento do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe sobre a crise no sistema de ensino. "Esse documento coloca a nu a situação de verdadeira

catástrofe em que se encontra a educação no meu Estado", afirmou o parlamentar.

Na opinião de Dutra, o governo sergipano pratica um flagrante desrespeito à lei quando utiliza recursos destinados à educação em outras



Dutra: catástrofe

despesas. Ele apontou como desrespeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação despesas do governo sergipano com a promoção de shows artísticos e com a aquisição de telas de artistas plásticos.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o Pedro Luis Meneghin - Membro da Comissão de Energia do Banco Central sobre os problemas energéticos que o país está enfrentando e o racionamento de energia.

8h - Agenda Econômica - debate com a participação do Senador Jefferson Rêres, Paulo Lustosa e Ribamar de Oliveira sobre a Reforma Tributária.

9h30 - Entrevista com o Pedro Luis Meneghin - Membro da Comissão de Energia do Banco Central sobre os problemas energéticos que o país está enfrentando e o racionamento de energia.

10h - Comissão de Assuntos Sociais - Audiência pública com o ministro da Saúde José Serra - sobre a regulamentação dos planos de saúde.

14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo)

Logo após: Comissão de Constituição e Justiça - Audiência

pública com a participação do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Almir Pazzianotto e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ernes Pedro Pedrassani sobre a proposta de emenda à constituição que revoga os juizes classistas

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate - com a participação do senador Lúcio Coelho e o embaixador José Alfredo Graça Lima sobre o processo de globalização e a criação da Alca.

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Fala Cidadão

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até às 7h30

A falta de uma decisão do Poder Legislativo sobre o estabelecimento de índice baseado na média do mercado, argumentou o senador durante audiência pública, não deveria impedir o Banco Central de tomar a iniciativa

Amin quer taxa de referência para ARO

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) propôs ontem que o Banco Central adote uma taxa de referência para as operações de antecipação de receitas orçamentárias (AROs). A proposta foi feita durante a audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida interinamente pelo senador Bello Parga (PFL-MA).

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) classificou de "altíssimos" os juros cobrados pelos bancos privados. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, observou que a prática adotada pelo Banco Central é a de que essas taxas são decididas diretamente, através de entendimentos entre devedores e credores.

Na opinião de Amin, os juros para esse tipo de operação devem ser balizados por uma das duas hipóteses: ou as antecipações são operações de risco ou não. Em caso negativo, as AROs devem ser facultadas a bancos oficiais, por se tratar de "taxas estatizadas".

Esperidião Amin lembrou que o Senado ainda não deliberou sobre



Amin disse que os relatórios do BC indicam a necessidade da nova taxa

matéria estabelecendo uma taxa referencial, montada a partir da média dos juros praticados no mercado, que tem como relator o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC). No entanto, para Amin, "independente de o Senado criar essa taxa, o próprio BC deveria fazê-lo. Basta lermos os relatórios desse banco para nos convenceremos da sua necessidade".

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

O senador Gilberto Miranda criticou a renegociação das dívidas es-

taduais através da Caixa Econômica Federal, que, segundo ele, manteve as taxas de juros em "patamares exagerados". Miranda também considerou inadequados os critérios da CEF para a renegociação.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda rebateu a primeira crítica, pois, para ele, foi a participação da Caixa Econômica "que estancou a cobrança de juros muito altos". No entanto, concordou quanto ao fato de que, com os critérios adotados pela equipe econômica,

estados como o Amazonas, que mantêm suas dívidas sob controle e não recorrem às operações de ARO, receberam menos ajuda financeira da União do que os estados desorganizados financeiramente para a renegociação das suas dívidas mobiliárias.

Por sua vez, o senador Júlio Campos (PFL-MT) solicitou informações sobre o motivo que elevou em R\$ 100 milhões o desembolso do governo do estado de Mato Grosso, previsto em R\$ 174 milhões, na negociação para o fechamento do Bemat.

De acordo com o diretor do Banco Central, Paolo Zaghen, o acréscimo decorreu da inclusão da dívida do Bemat para com credores que tinham de ser atendidos. Ele informou que, por decisão do BC, os R\$ 100 milhões, que foram acrescentados ao passivo do Bemat, só poderão ser usados para este fim. O governo mato-grossense também não empregou recursos da privatização para saldar suas dívidas - disse o diretor.

Governo garante que analisou empréstimos

Tanto empréstimos concedidos pela União a bancos estaduais quanto antecipações de receitas orçamentárias (AROs) a estados foram operações devidamente aprovadas e analisadas pelo governo. Foi o que garantiram ontem, durante a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), o diretor do Banco Central, Paolo Zaghen; o secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães; e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

O secretário do Tesouro Nacional e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda explicaram as operações de crédito feitas entre a Caixa Econômica Federal e os estados endividados, envolvendo operações bancárias, decisões do Conselho Monetário Nacional e de uma comissão técnica do governo.

Paolo Zaghen detalhou os tipos de operações feitas com os bancos, que são: privatização ou saneamento e extinção e liquidação da instituição. Na privatização, o financiamento concedido pela União é feito para um banco que continuará funcionando e serve para auxiliar os ativos

do banco, com vistas ao seu equilíbrio e saneamento. O aporte de recursos, nesse caso, é de 50% por parte da União, para que os ativos suportem os passivos do banco, explicou o diretor do BC.

No caso de privatização dos bancos, o processo é semelhante, acrescentou. A diferença é que a União entra com 100% dos recursos para financiar a instituição e torná-la atrativa para o setor privado.

Já com relação à extinção de banco, como foi o caso do Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat),

segundo salientou, a União precisa fechar a atividade da instituição rapidamente, através da liquidação e transformação da mesma em agência de fomento. Para isso, a União financia o total dos passivos.

Eduardo Guimarães explicou os critérios adotados pelo governo para as antecipações de receitas orçamentárias aos estados. Segundo ele, a dívida do estado é apurada com valores do dia 28 de fevereiro de 97, para que seja feito o cálculo do saldo devedor. Depois, é feita a descapitalização até o dia 25 de se-

tembro de 1996. A partir daí, a Caixa Econômica acrescenta comissão pela taxa de abertura de crédito e fixa juros e deságios no pagamento da dívida aos bancos.

O secretário do Tesouro disse que, muitas vezes, a dívida final calculada é inferior ao valor apurado em 97. Esses procedimentos para a execução das dívidas dos estados, acrescentou, foram estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Outros acordos e procedimentos são decididos por uma comissão técnica,

formada pelo Banco Central, CEF e Ministério da Fazenda.

Essa comissão, criada em março de 97 por uma portaria ministerial, cuida dos valores de cada dívida, da regularidade das operações e da apuração final do saldo devedor. O secretário disse que foram analisadas 15 operações, a maior parte para o estado de Alagoas.



Parente explicou à CAE as operações de crédito feitas com estados endividados



Osmar questionou empréstimos

Osmar Dias denuncia irregularidades no Banestado

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) alertou ontem o diretor do Banco Central, Paolo Zaghen, sobre denúncias publicadas na imprensa envolvendo o Banco do Estado do Paraná (Banestado). Ele citou como fatos graves a falta de informação, por parte da própria diretoria do banco, dos valores do déficit da instituição; empréstimos a empreiteiras a juros negativos; negociações de dívidas acertadas sem correção monetária, juros e os demais encargos; e a compra de letras do estado de Alagoas.

A intervenção do senador foi feita durante a audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde estiveram presentes, além do diretor do Banco Central, Paolo Zaghen, o secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Osmar Dias denunciou também "a triangulação feita entre o Banestado, o Bradesco e o Pactual para a compra de títulos podres e os empréstimos concedidos a montadoras de automóveis sem cobrança de correção monetária, juros ou qualquer taxa, com prazo de carência de 10 anos". O senador teme que uma possível privatização do banco possa encobrir diversas irregularidades.

Em resposta ao senador, Paolo Zaghen informou que o Banco Central não negociou nenhum contrato para a privatização do Banestado. Ele disse que ainda não tinha conhecimento das denúncias divulgadas na imprensa, mas explicou que o BC faz fiscalizações rígidas e auditorias antes de assinar qualquer acordo.